ANEXO

Ano de 1994

Mês limite de inspecção

Último dígito da matrícula	Ano de matrícula				
	Até 1975	1976 a 1978	1979	1982 e 1983	1990
Ligeiros de mercadorias:					
1, 2, 3, 4	—	—	—	Abril	Outubro
5, 6, 7	—	—	—	Maio	Novembro
8, 9, 0	—	—	—	Junho	Dezembro
Ligeiros de passageiros:					
1, 2, 3, 4	Abril	Julho	Outubro	—	—
5, 6, 7	Maio	Agosto	Novembro	—	—
8, 9, 0	Junho	Setembro	Dezembro	—	—

Portaria n.º 163/94

de 23 de Março

O regime jurídico das inspecções periódicas obrigatórias de veículos automóveis vem consagrando a isenção da obrigatoriedade de inspecção aos automóveis antigos, em termos legalmente especificados.

Essa solução encontra-se instituída nas Portarias n.ºs 267/85, de 9 de Maio, e 652/85, de 3 de Setembro, e no Despacho MES n.º 187/85, de 16 de Setembro.

Sendo agora estendido à totalidade do parque automóvel, de acordo com a programação estabelecida pela Portaria n.º 1223/93, de 23 de Novembro, o regime instituído com a aprovação do Decreto-Lei n.º 254/92, de 20 de Novembro, importa regulamentar essa matéria.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 254/92, de 20 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, o seguinte:

1.º Ficam exceptuados da obrigatoriedade de inspecção periódica mencionada no n.º 1.º da Portaria n.º 267/93, de 11 de Março, os automóveis que satisfaçam os requisitos especificados nos artigos seguintes e que são designados como automóveis antigos.

2.º A qualidade de automóvel antigo terá de ser sempre certificada pelo Clube Português de Automóveis Antigos.

3.º Estes veículos deverão sempre circular com o certificado a que alude o número anterior.

4.º O Clube Português de Automóveis Antigos deverá ter um ficheiro actualizado dos veículos a que atribua certificados, o qual deverá estar sempre à disposição, para consulta, das autoridades competentes, nomeadamente da Direcção-Geral de Viação.

Ministério da Administração Interna.

Assinada em 23 de Fevereiro de 1994.

Pelo Ministro da Administração Interna, *Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro*, Secretário de Estado da Administração Interna.

Portaria n.º 164/94

de 23 de Março

A Portaria n.º 1047/91, de 12 de Outubro, fixou os requisitos e as condições adequados à obtenção da licença de director de escola de condução, criando, no entanto, regimes diferenciados para os instrutores que já vinham desempenhando tais funções, consoante o fizessem ou não a título precário.

Verifica-se, contudo, que a generalidade dos directores então autorizados a título precário já era detentora da formação profissional que, atempadamente, o diploma em questão consagrou como suficiente para dispensar os seus titulares de tal requisito.

Garantida a posse de experiência funcional específica, crê-se, por consequência, que não subsiste razão bastante para manter tal diferenciação.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 6/82, de 12 de Janeiro, o seguinte:

1.º Ficam abrangidos pelos regimes de dispensas previstos nos n.ºs 14.º e 15.º da Portaria n.º 1047/91, de 12 de Outubro, consoante a respectiva situação, os instrutores que, cumulativamente:

- Exercessem em 18 de Outubro de 1991, devidamente autorizados, as funções de director de escola a título precário;
- E que se mantenham no referido exercício à data da entrada em vigor do presente diploma.

2.º O curso de actualização a que se refere o n.º 14.º da Portaria n.º 1047/91, de 12 de Outubro, pode ser substituído pela frequência do curso de formação de directores previsto nos n.ºs 4.º e 5.º do mesmo diploma.

Ministério da Administração Interna.

Assinada em 21 de Fevereiro de 1994.

Pelo Ministro da Administração Interna, *Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro*, Secretário de Estado da Administração Interna.